

Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais 2010: Questões ideológicas, aparelhamento sindical e argumentos falaciosos impedem o avanço da Classe e do Brasil

Lideranças sindicais de oposição à atual diretoria nacional (DEN) do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil tem conseguido um feito inédito: dividir flagrantemente a Classe em seus fóruns deliberativos, impedindo o seu avanço dentro do que permite o Estado Democrático de Direito, e o pior, fazendo a Classe literalmente retroceder, no sentido de tornar o sindicato, quiçá, um braço da resistência ao sistema capitalista, colocando-o à beira de um precipício, com escassos recursos financeiros e sem poder e autonomia para atuar.

Para explicitar esta grave situação, bastam dois episódios extraídos do Congresso Nacional dos Auditores, o primeiro CONAF após a fusão das carreiras dos Auditores da Receita Federal com os Auditores da Previdência.

A realização de uma consulta, via assembleia nacional, para que a base dos Auditores-Fiscais, que agora é una, decidisse sobre o nome do Sindicato foi sumariamente defenestrada por conhecidas lideranças de oposição à atual DEN, que dividiram o plenário, impedindo a proposta de alcançar os 2/3 de votos necessários. Por que a democracia levada a seu ponto mais amplo assusta? Por que os colegas que não participam das plenárias viciadas e dos CONAFs, onde bancadas como a do Rio de Janeiro conseguem ter mais de 40 delegados, desequilibrando a representatividade do fórum, não podem decidir por si? O afastamento de valorosos colegas da lide sindical vai se explicando per si mediante tais práticas.

O mesmo desequilíbrio, violência e falta de educação se viram nas manifestações contrárias à proposta de se criar a possibilidade de a Classe organizar-se para fins de seleção de candidatos a deputados federais, com vistas a fortalecer a frente de luta no campo da política, como outras categorias o fazem e já o fizeram, como no caso dos Procuradores, que conseguiram até mesmo prever na Constituição Federal Cidadã um regime jurídico diferenciado, na época em que tinham

uma bancada de mais de 10 deputados federais procuradores da República.

Não faltaram argumentos mistificadores, como o de que haveria partidização no Sindicato, conforme palavras do diretor de Defesa Profissional da DS/RJ, João Abreu.

A proposta de haver para os Auditores uma representação parlamentar delegada - em que a base une-se para, dentro do que permite a lei eleitoral, ajudar um ou mais de seus membros a elegerem-se para o Legislativo - representaria, finalmente, a transparência no jogo democrático dentro do Sindicato, pois a Classe escolheria os candidatos e estes escolheriam diferentes siglas partidárias, impedindo o que hoje a falta de transparência nesta discussão permite, isto é, o apoio a partidos e suas bandeiras de forma subreptícia e a adesão a compromissos no mínimo inconfessáveis.

Aos nossos atentos leitores, legamos esta edição de cobertura do CONAF, que transcende o factual ocorrido no evento. Trata-se de uma cobertura política do Congresso, posto que "toda inocência, querendo ou não, sempre é castigada". A tomada de consciência nos protege: "conhecereis a verdade e a verdade vos libertará".



Santos participou do Congresso representada pelos 10 colegas Auditores-Fiscais: Denilse Viel, Dorival Vicente, Ester Teicher, Glória Pinheiro, Nereide Simmonds, Solange Archer e Wellington Clemente Feijó. Não estão na foto: Elias Carneiro, Maria Antonieta F. Rodrigues e Renato Tavares.

Depoimentos dos delegados nas páginas 8 e 14.

Ainda nesta edição:

Pag. 2 - Classe é levada a perder oportunidade histórica de traçar atuação estratégica

Pag. 4 - LOF é debatida com profundidade e apontada como solução para tornar RFB republicana

Págs. 5 a 7 - Recordar é Viver confere se discurso corresponde à prática de lideranças sindicais

Pág. 6 - O que, afinal, foi aprovado no CONAF 2010?

Pág. 8 - A manutenção do Unafisco Saúde no Sindicato

Págs. 9 a 14 - Como foi a votação da Representação Parlamentar Delegada e da consulta às bases sobre o nome do Sindicato

Classe é levada a perder nova oportunidade histórica de traçar atuação estratégica e de fortalecer o Sindicato, alçando o Auditor a efetivo agente do desenvolvimento nacional

Enquanto lideranças da oposição do Sindicato Nacional propõem a adesão do conjunto da Classe à luta para que a Petrobras seja 100% estatal, ou para que, em momento extemporâneo, manifeste o seu apoio aos trabalhadores franceses contra a reforma da Previdência em seu país, ou ainda para que seja abandonada pela DEN a Campanha de Valorização do Cargo de Auditor - por prever medidas a serem adotadas individualmente por cada Auditor - (as três propostas de autoria do Auditor Luiz Roberto Bicalho, do RJ), ou para que os Auditores convidem os Analistas para lutarem juntos contra a MP 507 e que realizem 48 horas de paralisação contra a medida provisória (propostas de assembleia da DS/Salvador), os Auditores-Fiscais, via organização sindical, deixaram de dar importantes passos para o seu fortalecimento e atuação estratégica durante o primeiro CONAF ocorrido após a unificação das entidades Unafisco e Fenafisp.

Há hoje no Sindicato uma fatricida disputa pelo modelo sindical a se implantar: resistência ao sistema vigente versus inclusão corporativa com legitimação nas questões afins. Faltando um ano

para as novas eleições sindicais, a oposição articula-se e nitidamente, dada a sua postura no CONAF e teses defendidas, vem atuando para que o então Sindifisco Nacional diminua de tamanho, com verbas reduzidas e propostas de maiores aportes financeiros para DSs de oposição, e para que perca a sua autonomia, em nome de uma pseudo democracia que na prática emperra qualquer gestão, como a proposta de submeter ao Conselho Curador do Departamento Jurídico as rotinas de trabalho e contratação de advogados, por exemplo, ou de conferir maior poder de decisão às Plenárias e Comandos de Mobilização.

Os Auditores Javier Padilla, Jonas Varaschim e Vandir Daronco, de Joinville, propuseram a redução do percentual da mensalidade para 0,5%. Por sua vez, o Auditor de Araraquara, Walter Miranda, propôs que o sindicato se comunicasse com a “classe trabalhadora” por meio de rádios comunitárias e com a criação de um jornal popular a ser vendido a um baixo custo nas bancas de jornais, autor também da proposta que previa 10% do orçamento da DEN a ser destinado a políticas sociais.

Palestras reforçam necessidade de assumirmos nosso papel de Agentes do Desenvolvimento Nacional não apenas no Executivo

O primeiro painel do Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da RFB, “Reforma Tributária”, secretariado pelo presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, contou com as palestras de Eurico de Santi, professor de Direito da FGV, Dyogo de Oliveira, secretário-adjunto do Ministério da Fazenda, Guilherme Delgado, pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e do presidente do Sindifisco Nacional, Pedro Delarue.

De Santi, que vem elaborando um trabalho conjunto com o Sindifisco Nacional em prol de uma efetiva reforma tributária, detectou que um dos problemas da questão tributária no Brasil é a sua alta complexidade. Uma ampla reforma também esbarra na questão política, em sua opinião. “Uma reforma tributária é um jogo complexo da democracia”, declarou no evento.

Enquanto falta força política para fazer a reforma necessária, de Santi apontou como se pode ir mudando desde já o sistema tributário: “O que resolve é mais critério no ato de interpretação e talvez eliminar o lançamento por homologação. Para mim, ele não é lançamento, por ser atividade privativa da autoridade fiscal. Teoricamente é uma excrescência. E não fica homologado”, atestou. Para o professor da FGV, a reforma tributária não exige reforma constitucional e sim “apenas um corpo funcional qualificado, os senhores”, declarou, referindo-se aos Auditores-Fiscais da RFB.

Na fase de debates, Clemente apresentou o seguinte comentário para reflexão: “Posto que o desinteresse político dos entes federativos e do segmento econômico representado no Congresso Nacional vem inviabilizando a reforma tributária brasileira, ainda que a postura do Auditor-Fiscal mude no plano da interpretação da legislação tributária, como concretizar a reforma tributária necessária ao Brasil sem a participação política efetiva dos Auditores-Fiscais? Ela é imprescindível”.

O representante do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, fez uma apresentação técnica, com os números da economia brasileira, exaltando a fase de crescimento que o país vem experimentando, revelando a vigilância constante nos índices de inflação. Clemente questionou, na ocasião, “por que não se reduzem as taxas de juros e, no âmbito da política fiscal, investe-se na fiscaliza-

ção com autonomia do Auditor-Fiscal, por meio da Lei Orgânica do Fisco? Assim, equilibraríamos a política fiscal evitando a volta dos altos índices inflacionários, ao mesmo tempo em que incentivaríamos a produção”, ponderou.

O pesquisador Guilherme Delgado declarou acreditar que um sistema tributário compromissado com o financiamento das políticas

e direitos sociais tem que ser um sistema progressivo. O pesquisador também opinou que a Previdência Social precisa ter um fundo de reserva. “Não podemos ficar simplesmente vinculados à folha de salário e às outras formas de financiamento corrente.”

O painel Reforma Tributária foi encerrado com a apresentação do presidente do Sindifisco Nacional, Pedro Delarue, que apresentou um diagnóstico do Sistema Tributário vigente e os elementos necessários para mudanças no paradigma atual. Ele apresentou dados provando a regressividade do nosso sistema tributário e dissecou a

perversidade da carga tributária brasileira, defendendo, ainda, a necessidade de ser revista a legislação ordinária no contexto do sistema tributário. Durante os debates, Clemente questionou o presidente do Sindicato se não estaria “na hora de nossa Classe rever as nossas estratégias de atuação de forma a atuarmos não apenas no campo sindical, mas também no campo político, como forma de influirmos mais efetivamente nas políticas referidas por Delarue”, questionou, acrescentando: “sabendo que 1/3 do próximo Congresso Nacional será ocupado por ‘deputados-empresários’, não está na hora de pensarmos em aumentar nossa bancada no fórum legislativo? Tentamos ser agentes do desenvolvimento nacional apenas no campo do Executivo?”, finalizou questionando.

Delarue disse que a participação política é muito importante: “Fora da política não há solução”, citando frase do deputado federal Ciro Gomes.

Clemente, como secretário da mesa dos trabalhos, agradeceu a participação dos conferencistas e dos Auditores-Fiscais, esclarecendo ainda sobre a apresentação, no CONAF 2010, da proposta de alteração estatutária da Representação Parlamentar Delegada, que vem ao encontro do que os conferencistas estavam falando.



Na análise do momento econômico atual, conferencistas dizem acreditar em nova crise do sistema capitalista

No melhor estilo “quanto pior, melhor”, os conferencistas Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor de Economia na Unicamp, e Nildo Domingos Ouriques, professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, discorreram sobre o fracasso do sistema capitalista e a preparação para um novo tempo no sistema econômico e democracia no Brasil e América Latina.

No entendimento de Plínio Arruda, o crescimento econômico do Brasil ocorreu porque “o país se transformou no paraíso do rentismo de capital financeiro internacional, e o desenvolvimento econômico do país está sob pilares fraquíssimos e nas mãos do governo americano”.

Nildo Domingos fez duras críticas ao sistema político brasilei-

ro, que, segundo ele, impede que discussões políticas e econômicas cheguem até a população, “diferentemente do que acontece em países como a Venezuela e a Bolívia”, defendeu.

Sobre o crescimento da denominada “nova classe média”, ele argumentou que, no Brasil, a concentração de renda é tão grande que esse aumento ganha um vulto maior que o real. “A diferença de renda é tão acentuada que qualquer alteração é comemorada”. No seu entendimento, esse tema e outros importantes, como o endividamento estatal, que é herança do Plano Real, deixam de ser tratados de forma séria pela imprensa. “Não é possível pensar em desenvolvimento quando o país é escravizado e sua população não tem visão crítica”, afirmou.

Previdência Social e Inclusão Social foram debatidas em palestras do CONAF

No painel “A Previdência Social: financiamento e reformas”, o vice-presidente do Sindifisco Nacional, Lupércio Montenegro, que coordenou a mesa, destacou que o sistema previdenciário social brasileiro é um dos mais efetivos instrumentos de proteção social e merece atenção especial para o debate sobre as modificações de sua fonte de financiamento. “Esta é a discussão do momento. A questão é que as novas formas em avaliação, como a da PEC [Proposta de Emenda Constitucional] 233/2008, em tramitação no Congresso, modificam inteiramente o modelo atual. O que está sendo proposto na referida PEC é a substituição de parte da contribuição do empregador sobre a folha de pagamento pelo IVA-F [Imposto sobre Valor Agregado Federal]. Com isso, a parcela patronal, que atualmente é de 20%, cairá para 14%.

Lupércio também recordou outra proposta, incluída na PEC 233 pelo relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado federal Sandro Mabel (PR/GO), que é o Código de Defesa do Contribuinte, medida que impacta negativamente a fiscalização das contribuições previdenciárias. “Essa proposta, que foi apresentada pela primeira vez sob a forma do PLC [Projeto de Lei Complementar] 646/99, é uma maneira de defender o mau contribuinte, prejudicando a fiscalização. Temos de ficar alerta sobre esse modelo sugerido, porque a presidente eleita [Dilma Rousseff] poderá fazer a desoneração da folha de pagamento, e as indicações de reforma poderão estar baseadas nessa PEC”, concluiu. Também participou da mesa, a diretora de Defesa da Justiça Fiscal e Seguridade Social, Maria Amália Polotto Alves.



A primeira palestrante, professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e pesquisadora da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Denise Lobato Gentil falou sobre a falácia do déficit do sistema previdenciário e defendeu a sustentabilidade do sistema, além de demonstrar, com base em dados estatísticos, que a Previdência Social reduz os níveis de pobreza e desigualdade de renda.

Já o presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), Luigi Nese, apresentou aos participantes a proposta da entidade de substituição do recolhimento do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição sobre a movimentação financeira. O objetivo, segundo ele, é desonerar o trabalho eliminando as contribuições patronais, trazendo reflexos positivos para a economia.

Nese se baseou em um estudo da própria CNS para provar os benefícios da proposta e defendeu o setor de serviços como aquele que mais contribui para alavancar a economia.

A última palestrante do painel, a professora titular do Departamento de Economia e da Pós-graduação de Economia da PUC (SP) Rosa Maria Marques, afirmou: “O sistema [previdenciário] no Brasil está em discussão há 20 anos e não houve conclusão que contemplasse todos os segmentos. Se queremos alguma revolução, precisamos levar essa ideia para fora daqui. O que está em questão é a sociedade que queremos... As políticas sociais estão longe de ser um fardo para a sociedade. O que impacta no regime previdenciário é o movimento do câmbio”, completou.

Questão tributária e o seu papel na inclusão social

“Esse tipo de tema no CONAF é um sopro na brasa para provocá-los a refletir como podemos oferecer nossa contribuição aos problemas sociais deste país, pois nenhum de nós, Auditores-Fiscais, somos uma ilha”. Foi assim que o diretor de Políticas Sociais e Assuntos Especiais do Sindifisco Nacional, José Devanir de Oliveira, apresentou a palestra “O Sindifisco Nacional e a Inclusão Social”, no CONAF 2010.

O primeiro palestrante, o doutor em Direito do Estado pela PUC-SP, pós-doutor em Política-Jurídico-Fiscal pela Universidad de Barcelona (Espanha) e presidente do IPPT (Instituto de Procedimento e Processo Tributário do Brasil), James Marins, elogiou o estudo mais recente do Sindifisco Nacional intitulado “Sistema Tributário: diagnóstico e elementos para mudanças”. “Li o material de vocês e acho que não há categoria mais legítima que os Auditores-Fiscais para falar sobre o assunto (o sistema tributário)”, disse Marins. De acordo com ele, no cenário atual, é inconcebível a desvinculação do tributo da promoção social e há de se melhorar as relações com o contribuinte, promovendo o que chamou de uma “pedagogia fiscal”.

O segundo palestrante do painel foi o mestre em Direito Público e advogado tributarista Marciano Buffon, que sugeriu que um rol de componentes da cesta básica fosse isentos de tributação. Ideia em consonância com a do Sindifisco Nacional, que defende a desoneração da cesta básica a zero.

O combate à evasão fiscal, de responsabilidade dos Auditores-Fiscais, foi apontado por Buffon como importante instrumento de proteção e inclusão social. “Este congresso está de parabéns por não se voltar exclusivamente a interesses corporativos, mas se preocupar com a contribuição que se pode dar à posteridade”, finalizou o palestrante.

A diretora-adjunta de Defesa Profissional do Sindifisco Nacional, Maria Cândida, auxiliou a coordenação da mesa sistematizando as perguntas dirigidas aos palestrantes e encerrou as apresentações convidando-os a refletirem. “É preciso enxergar a atuação social do Auditor-Fiscal, em contrapartida apelo aos administradores que liberem os Auditores para participar de projetos sociais tanto da Receita, como do Sindicato.”

Lei Orgânica do Fisco é debatida com profundidade no CONAF 2010 e apontada como solução para tornar Receita Federal uma instituição efetivamente republicana

Dois palestrantes debateram a Lei Orgânica do Fisco (LOF) no terceiro dia de CONAF, em Florianópolis/SC.

O primeiro a discorrer sobre o tema foi o subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, para quem uma LOF não deve ter grande complexidade e muitos artigos, e dela não deve constar a Lista Tríplice para secretário da RFB. “Não deve haver mandato para quem põe em prática políticas de governo. O mandato é do Presidente da República”, defendeu, acrescentando ainda que a regulamentação do Sidec (Sistema de Desenvolvimento na Carreira) é uma condicionante para a LOF.

O professor titular do Mestrado e Doutorado em Direito da PUC/RS, Juarez Freitas, iniciou sua apresentação provocando o seu colega de bancada no CONAF, Luiz Alberto: “a questão central é se o Auditor-Fiscal é carreira de Estado ou de governo? Se houver conflito entre ambos, tem de ficar com o Estado. Um Estado precisa de instituições, mas isso tem preço”, asseverou, acrescentando: “o núcleo de carreira de Estado tem de ter regime peculiar”.

A respeito de haver duas carreiras na Receita Federal do Brasil,



Juarez comentou que a LOF deve ser específica para os Auditores, de modo a “evitar confusão”. Defendeu ainda a liturgia dos cargos: “Autoridade é dever-poder. Tem função intersubjetiva simbólica, assim como o livre acesso. Status é ônus, mais que bônus. Tem que se fazer respeitar como autoridade”, acrescentou. Para o professor, “o lançamento é indelegável e tem este caráter não por preciosismo corporativista. Há várias tentativas no Estado de tornar delegável o que é indelegável. É preciso evitar isto para que não haja disputas fatricidas”, defendeu.

Sobre se seria utopia ou inocência acreditar na Lista Tríplice na RFB quando não temos força política para trazer a titularidade do poder de escolha da RFB para si, Juarez asseverou: “no Rio Grande do Sul, o fisco estadual conseguiu a Lei Orgânica com a lista tríplice, era utópico e eles conseguiram. Se não tivermos norte filosófico, vamos nos render ao realismo político. Nosso papel é propor aquilo que é correto. Nosso compromisso é com a racionalidade e a Constituição Federal. Utópico é quase tudo no Brasil... os objetivos fundamentais da República são utópicos. A vida é feita destas tensões”, argumentou.

Aprovada no grupo com 13 votos favoráveis, zero contrários e apenas duas abstenções, alteração estatutária foi mistificada com argumentos falaciosos no plenário pela oposição, que teme a sua discussão aprofundada

Pela primeira vez em mais de três anos, a proposta de permitir à Classe dos Auditores-Fiscais organizar-se para fins de seleção de candidatos a deputado federal para representá-la conseguiu ser deliberada em Plenário no CONAF. Em 2008, a oposição lotou o grupo que discutiu a matéria, inviabilizando a sua ida a plenário. Em 2009, no Congresso da Unificação, embora aprovada no grupo, não foi deliberada no plenário por uma absurda questão de ordem acatada pela mesa diretora dos trabalhos composta por membros da oposição do sindicato, sendo o seu então presidente Glauco Eggers, da DS/Paraíba.

Desta vez, a matéria recebeu 13 votos favoráveis, zero contrários e duas abstenções, na fase de grupo, onde as propostas podem ser melhor analisadas e esclarecidas. Em plenário, tão logo foi anunciada a proposta, a oposição formou fila, prática já vista nos CONAFs anteriores - vide matéria “Recordar é Viver - Parte II, pág. 6”, para pedir esclarecimentos ao seu autor, o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, que inclusive apresentou o parecer do advogado Luiz Antonio Mazagão asseverando que a proposta de alteração estatutária está de acordo com a Lei Eleitoral 9.504/07.

“A nossa tese propõe a inclusão no estatuto do sindicato da previsão de Lista Tríplice para os cargos de direção na RFB e ainda a possibilidade de termos uma representação parlamentar delegada. Devemos ser agentes do desenvolvimento nacional também no Legislativo e nos legitimarmos no fórum correto, na Casa do Povo. O processo democrático, que culminou com a Constituição de 1988, permite à Classe inserir-se dentro do contexto do Estado Democrático de Direito. Se olharem atentamente, verão que 90% de nossa pauta



reivindicatória da campanha salarial 2010 desaguá no Congresso Nacional. Temos de nos inserir no Parlamento...”, defendeu.

O Auditor do Pará, Iranilson Brasil, foi o primeiro a esbravejar no microfone, como de praxe, dizendo ter assistido ao sindicato dos bancários, do qual fez parte, virar “correia de transmissão de deputados federais”, com o apoio e eleição de parlamentares. Clemente foi ainda mais taxativo: “colegas, vamos perder a inocência. Analisemos o Parlamento: conforme notícia veiculada no jornal *Valor Econômico*, na próxima legislatura haverá 169 deputados empresários, versus 62 parlamentares ligados à bancada sindical. É a Classe, organizada pelo Sindicato, quem escolherá os candidatos, e não estes se utiliza-

rão da Classe para servir a seus interesses. A Classe fará a escolha. Leia a tese e você entenderá o que estamos dizendo”, respondeu. João Abreu, do RJ, visivelmente transtornado, como no debate da LOF no CONAF 2008 (Veja Recordar é Viver II, pág. 6), continuou fazendo suas previsões catastróficas, dizendo que haverá facções partidárias dentro do Sindicato - como se já não houvesse... O presidente da DS/Santos declarou: “A categoria ou Classe é muito maior que o Sindicato. Sabiamente, o estatuto prevê a politização da Classe, leiam o artigo 3º, inciso VI do Estatuto. No campo da politização interna, devemos escolher nossos

representantes dentro da RFB pela Lista Tríplice, e no campo da politização externa, podemos e devemos escolher Auditores para se candidatarem a deputado federal. Mas a politização é nosso objetivo, já está previsto no estatuto. A tese visa apenas a dar eficácia. Não confundam politização com partidarização, leiam a tese”, orientou.

O Auditor-Fiscal Rui Teixeira, de Campos dos Goytacazes,

citou o sociólogo Rudá Ricci, dizendo que “sindicato é história” e denunciou: “os mesmos que aqui vieram dizer no microfone do risco de partidarização do sindicato, estavam lá, em 2002, no CONAF de Belo Horizonte cantando músicas de um partido na hora de recepcionar um deputado federal. Eu fui o único a me levantar e apresentar questão de ordem contra aquele ato de extrema partidarização do nosso sindicato, à revelia da vontade de Classe”, denunciou. Saiu mais em “Recordar é viver”, logo a seguir.

O Auditor-Fiscal George Alex de Souza, que preside a DS/Brasília, defendeu no plenário: “O sindicato não é feito de uma luta só. A participação parlamentar é fundamental”.

O ex-presidente do CDS e candidato derrotado a presidente da DEN nas eleições do ano passado, Guilherme Cazumba, argumentou que politizar é discutir um sistema tributário justo - como se só desta forma se pudesse politizar a Classe - e disse ser contrário a “lobby para nossos pleitos legislativos”, asseverando ainda: “temos é de questionar este modelo político vigente”.

Clemente buscou desmistificar uma a uma das falácias apresentadas, destacando: “politização é totalmente diferente de partidarização. A omissão hoje existente no estatuto permite o uso do Sindicato para fins partidários. Nós que lutamos pelo Estado Democrático de Direito temos de ter a clareza da importância de legitimarmos as instituições republicanas, no Congresso Nacional, e nele nos firmarmos também como agentes do desenvolvimento nacional, que é o tema deste CONAF. Temos de ter responsabilidade e sermos propositivos. Vamor avançar”, afirmou concluindo que, diferentemente do apontado em algumas manifestações, não há risco de “caixa dois”

no Sindicato, porque a contribuição para a campanha será voluntária de Auditor para candidato, não havendo envolvimento sindical em arrecadação de recursos, em conformidade com o que estabelece a lei eleitoral. Ao término dos debates, a proposta foi à votação, recebendo 109 votos favoráveis, 206 contrários e cinco (5) abstenções.

“A alteração ter conseguido ser apreciada em plenário representou uma grande vitória, permitindo a colegas que nunca ouviram este debate inteirarem-se mais a respeito dele. Contudo, a longa fila de opositores à transparência sindical na questão da participação política, o uso de argumentos falsos e o pouco tempo para esclarecimentos contribuíram para que a proposta não passasse de pronto. Mas foi assim também com a proposta de Lei Orgânica do Fisco (LOF), rejeitada no CONAF de BH e em posteriores, pelos mesmos opositores. É uma questão de tempo, de maturidade e de esclarecimento dos colegas da base da existência de uma oposição com ideologia de utilizar o Sindicato como forma de resistência ao capitalismo e à própria democracia”, afirmou Clemente.

Quem votou contra a representação parlamentar delegada, votou contra a consulta às bases sobre o nome do Sindicato, conforme planilhas a seguir (págs. 9 a 14), votou contra a Lei Orgânica do Fisco, contra a fusão do Unafisco e Fenafisp, e não realizou a Lista Tríplice no período em que foi administração da RFB, na gestão de Lina Maria Vieira. No Sindicato ou na Administração, a oposição já mostrou a que veio: apenas para resistir. Destruir ao invés de construir, para quem lidera ideologicamente, é muito mais fácil. E para a sobrevivência e fortalecimento do cargo de Auditor-Fiscal, quais têm sido as consequências da ideologização do Sindicato?

Recordar é viver:

No CONAF 2002, em BH, quando oposição estava à frente do Sindicato, parlamentar foi recepcionado ao som de *jingle* eleitoral, isto não é partidarização?

Outubro de 2002. O Brasil estava entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais, em que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva disputava o Palácio do Planalto com o candidato José Serra.

Entre os dias 13 e 19 deste mesmo mês, ocorreu em Belo Horizonte (MG), o CONAF VI do então Unafisco Sindical, presidido pelo Auditor Paulo Gil Introíni, . Um dos palestrantes convidados para o evento foi o então deputado federal Ricardo Berzoíni, do Partido dos Trabalhadores (o mesmo que logo em seguida promoveu a Reforma da Previdência contra o servidor público), recebido pelo Sindicato e organizadores do Congresso ao som do *jingle* petista da época, surpreendendo os quase 300 Auditores-Fiscais da RF presentes na palestra de abertura. Rui Teixeira, Auditor-Fiscal de Campos dos Goytacazes (RJ), levantou uma questão de ordem contra o absurdo que aquela manifestação de partidarização da entidade sindical, pela sua própria direção da época, representava, ao arripio do que o estatuto veda: a partidarização sindical, argumento que hoje utilizam para combater a representação parlamentar delegada, cuja implementação traria efetiva transparência no combate à partidarização do Sindicato.

Pessoalmente, podemos ter preferência por essa ou aquela agremiação partidária. Mas em meio ao Congresso da Classe, com

colegas de diversos segmentos políticos, o Sindicato elegeu um partido e manifestou claramente esta preferência. Convidou todos os participantes do evento a cantarem juntos e de braços erguidos o *jingle* da campanha do candidato petista, que havia ido para o segundo turno das eleições. Nada pessoal contra qualquer candidato, mas há absurdo maior que este? O mais irônico é que as mesmas pessoas que hoje ocupam a tribuna para acusar indevidamente a tese da Representação Parlamentar Delegada de uma forma de partidarizar o Sindicato, não tiveram qualquer pudor em impor sua opção partidária desrespeitando o estatuto, a democracia e a transparência, para dizer o mínimo. O Auditor-Fiscal Rui Teixeira citou parte desta história no microfone do plenário do CONAF 2010, quando defendeu a tese da Representação Parlamentar Delegada, que servirá até como uma forma de combater a partidarização no Sindicato, já que o apoio ao candidato selecionado é individual e voluntário.

“A discussão de termos legítimas representações parlamentares eleitas de forma delegada pela totalidade da Classe, e não como política de grupo, é suprapartidária, até porque teremos diversos colegas eleitos no Brasil, de preferência um por região fiscal, e cada um ficará livre para escolher o partido de sua preferência, sendo seguido voluntariamente pelos colegas apoiadores, sem o uso financeiro e partidário do Sindicato”, argumenta Clemente.



Seminário contra a MP 507 no dia 15 de dezembro, na Câmara dos Deputados

Foi aprovada pelo plenário do CONAF no dia 10/11, a realização de um Seminário do Sindifisco Nacional para alertar o Congresso Nacional e a sociedade dos malefícios inerentes à Medida Provisória nº 507, do acesso a dados fiscais. A Diretoria Nacional conseguiu organizar o evento para o dia 15/12, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados. O evento será promovido com os recursos do Fundo de Mobilização. Os Auditores interessados em participar devem contatar a DS/Santos até o dia 26/11, para fins de solicitação de dispensa de ponto. Telefone: 3326-2522, com Antonio Carlos.

Assembleia Nacional no dia 9 de dezembro. Participe!

Está marcada para o dia 9 de dezembro, quinta-feira, às 10h30, na sala de reuniões da Alfândega (2º and.), ao lado do Auditório, a próxima Assembleia Nacional que tem na pauta:

1. Deliberar sobre a decisão do Conaf a favor da manutenção do plano de Saúde sob a gestão do Sindifisco Nacional;
2. Deliberar sobre as alterações estatutárias provadas pelo CONAF 2010;
3. Deliberar sobre as decisões do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), realizado de 22 a 24 de novembro.

Recordar é Viver - PARTE II

Qualquer semelhança não é mera coincidência:

Os mesmos que votaram contra a ida da escolha do nome do Sindicato para as bases e a Representação Parlamentar Delegada foram contra a Lei Orgânica no CONAF 2008 e no Congresso da Unificação

I-
CONAF
2008



II-
CONAF
2008



CONAF 2008 - As duas fotos acima são tão parecidas com a terceira delas (ao lado) que pode-se dizer que praticamente as mesmas pessoas aparecem nas três. Acontece que as primeiras fotos foram tiradas no Congresso de 2008, realizado em Foz do Iguaçu, e a fila traz os Auditores que estavam pedindo esclarecimentos e defendendo que a Lei Orgânica do Fisco (LOF) não era urgente, como a Direção Nacional defendia. A foto logo após foi tirada no CONAF deste ano, na votação da Representação Parlamentar Delegada.

Na edição de 30/10 de 2008, publicamos neste *Boletim*: "Em 2008, o Unafisco Sindical não conseguiu dar todos os passos necessários que caracterizariam a sua evolução, porque determinadas lideranças, que se afinizam com a ideologia de um sindicalismo de enfrentamento e ruptura sem proposições, atuaram de forma conjunta para obstruir determinados debates propositivos com o conjunto dos 450 participantes do CONAF, e mesmo para dificultar a votação de propostas já abraçadas pela Classe, como a continuidade do trabalho sindical para a implantação da Lei Orgânica do Fisco (LOF) aprovada em dois CDSs, em Plenária Nacional Unificada e em assembléia nacional realizada no dia 20 de fevereiro de 2008".

Por que eles não veem importância na Lei Orgânica do Fisco, na previsão da Lista Tríplice em nosso estatuto sindical e a possibilidade, transparente, de nos organizarmos para termos representação política legítima no Congresso Nacional?



Foto do
CONAF
2010:

Na fila para combater a proposta da Representação Delegada, apenas lideranças da oposição do Sindicato ligadas ao grupo que já ocupou o Sindicato nos biênios 2001/2003, da esq. para direita: Javier Padilla (Joinville), Iranilson Brasil (Pará), Hélder (Brasília), Wilson Santos (Salvador), Tiago (SP). Também ocuparam a tribuna João Abreu (RJ) e Guilherme Cazumba (RN).

O que, afinal, foi aprovado no CONAF 2010?

O gasto de cerca de R\$ 3 milhões com o Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da RFB, que ocorre a cada dois anos, seria pequeno caso tivesse conseguido estabelecer para a Classe uma atuação estratégica para o futuro. Mas uma breve análise nas únicas nove propostas de alteração estatutárias aprovadas revela que o gasto de quase R\$ 300 mil, em média, para cada uma delas, não compensou financeiramente a Classe, visto que nenhuma delas tira do Sindicato a limitação de inércia política a que está relegado, mantendo os Auditores-Fiscais em situação desvantajosa aos interesses contrários ao Fisco pela atitude de resistência sem proposição. Eis as propostas, na ordem em que foram aprovadas, com 2/3 dos votos do plenário:

1. arredondar para cima o número de observadores custeados pela DS (Delegacias Sindicais) nas Plenárias Nacionais;
2. correção da redação da referência feita equivocadamente ao Título III, sobre as penalidades e o processo disciplinar;

Delegação de Santos participando das discussões no Plenário



3. determina que a Diretoria de Defesa Profissional terá de "acompanhar, com auxílio da DS, os casos de crimes contra a integridade e a vida de Auditores-Fiscais, com a finalidade de desvendar sua autoria, motivação e punição exemplar dos responsáveis, civil e criminalmente".

4. Remunerou artigo e acrescentou o seguinte parágrafo: A Assembleia Geral de que trata o parágrafo anterior deverá ser convocada em todas as DS do respectivo Estado, com prazo mínimo de 5 dias úteis, por proposta de qualquer uma das DS e somente será trocado o advogado se aprovado pela maioria dos presentes nas referidas assembleias."

5. Estabelecer mecanismos para restringir o direito de utilização do Espaço do Auditor e punir a quem o tem desrespeitado;

6. Ampliação das competências do Conselho Curador de Assuntos Jurídicos, no sentido de: "propor aos Diretores de assuntos jurídicos medidas de aprimoramento da gestão de questões jurídicas, sejam judiciais ou administrativas";

7. Determina que a Comissão Eleitoral Nacional também terá de disponibilizar às chapas concorrentes o endereço eletrônico dos filiados;

8. Deixa claro no estatuto que a chapa vencedora das eleições será aquela que obtiver o maior número de votos válidos;

9. estabelecido que as delegacias com número de filiados entre 121 e 160 passam a ter um adicional de 38%, em vez de 30%. Atualmente, uma DS com 121 filiados tem uma receita menor do que aquela com 120.

Foi tudo!

Recordar é Viver - PARTE III:

Quando estava na Administração da RFB, oposição à atual DEN deu as costas para a Lista Tríplice e não estabeleceu bases para o que a Classe precisa

Na foto, o então superintendente Luiz Sérgio, ao lado do ex-presidente do Unafisco, Paulo Gil, e Roberto Alvarez, também ligado à oposição à atual Direção Nacional



Na foto, o presidente da DS/Santos entrega solicitação de realização de Lista Tríplice para DRF e Inspetor. Sem sucesso para a Classe. O que mudou com "eles" na Administração da RFB?

As fotos acima foram tiradas quando do encontro dos delegados sindicais da 8a Região Fiscal com o então superintendente da RFB no Estado de SP, Luiz Sérgio Soares, no dia 23 de setembro de 2008, apoiado e assessorado por membros da oposição do Sindicato. A edição 187 deste *Boletim* registrou o encontro:

"Aproveitando a oportunidade para se criar um marco histórico para os Auditores de Santos, no sentido de contribuir com o fortalecimento da democracia interna do órgão, o presidente da DS/Santos entregou ao superintendente, que neste biênio era presidente da DS/Belo Horizonte, documento formalizando proposta no sentido de que os nomeados para ocuparem os cargos de Delegado da RFB e Inspetor da Alfândega de Santos sejam 'anteriormente indicados a partir de lista tríplice organizada pela Delegacia Sindical de Santos junto aos colegas lotados em nossa localidade', nos termos do inciso III do artigo 27 da minuta da Lei Orgânica do Fisco aprovada pelos colegas em Assembléia Nacional. A lista tríplice é hoje adotada pelas principais instituições republicanas de Estado e se configura o meio mais transparente e democrático de dotar o agente investido ao cargo não apenas de legalidade, mas também de legitimidade.

O Superintendente disse que em nível central a Lista Tríplice é uma referência, explicando que diversos nomes que constaram na lista votada pela Classe e organizada pelo Unafisco Sindical em abril de 2007 estão sendo chamados a ocuparem cargos, acrescentando, contudo, que nos níveis locais 'há um projeto mais amplo que não pode esperar', informando não ser possível implementar o proposto neste momento. Ele declarou, entretanto, ser um entusiasta da idéia e 'quando a gente for sair em 2010, provavelmente a lista tríplice deva estar institucionalizada na RFB. É o projeto da nova secretária', finalizou.

2010 chegou, mas a Administração da então secretária Lina

Vieira e do superintendente Luiz Sérgio não conseguiu chegar a 2010. O resultado todos sabemos: a Classe ficou literalmente "a ver navios", sem que a Lista Tríplice tenha sido institucionalizada, como o Auditor Luiz Sérgio profetizou, ou mesmo implementada por força da vontade da Classe pelo superintendente da 8a Região, repita-se, proveniente das lides sindicais que, assim como outros, ocuparam na ocasião postos chaves na Administração do órgão. Naquela oportunidade, a DS/Santos questionou a importância de os novos administradores, dada a sua experiência no campo sindical, estabelecerem com urgência as bases para mudanças estruturais na RFB de modo a promover a devida autonomia ao cargo de Auditor-Fiscal. A história mostrou o que aconteceu. Enquanto lá estiveram, além de dar as costas para a Lista Tríplice, também empurraram para um lugar bem escondido de uma gaveta qualquer no gabinete a minuta da Lei Orgânica do Fisco aprovada pela Classe, desdenhando de sua importância para a instituição.

Hoje, essa mesma oposição argumenta contrariamente à tese da Representação Parlamentar Delegada dizendo ser impossível assegurar que o parlamentar eleito pela Classe irá efetivamente representá-la, havendo o risco de ir contra os interesses dos Auditores no Legislativo. É a conhecida prática de jogar "o bebê junto com a água da bacia". Se assim o fosse, não se poderia defender sequer a lista tríplice em qualquer instituição, haja vista que o administrador eleito poderia não necessariamente representar a vontade de seus pares que o escolheram, traindo sua confiança. Sim, é um risco. Uma boa ideia não pode deixar de ser posta em prática por medo. A Classe tem plena condição de junta construir as bases de um projeto que premie os Auditores republicanos, com o sentido de dever para com o Fisco e a Nação.

Recordar é Viver - PARTE IV:

De que lado estava a atual oposição do Sindicato durante a discussão da fusão dos Fiscos e dos sindicatos representativos?

O ano era 2005. O presidente do então Unafisco Sindical era Carlos André Nogueira, da chapa Unafisco de Todos, cujos membros compõem hoje a oposição aos colegas que estão à frente do Sindifisco Nacional.

Naquela gestão, o Sindicato esmerou-se para evitar a "fusão dos fiscos" e a filiação cruzada entre as carreiras dos Auditores da RF e Auditores da Secretaria Previdenciária. No Boletim Informativo do dia 23 de agosto de 2005, a manchete principal era: "Todo mundo quer ser AFRF". E o texto revela a preocupação que os integrantes da atual oposição do Sindicato realmente tinham:

"Não é difícil imaginar a razão da defesa entusiasmada que vêm fazendo da fusão dos Fiscos as entidades representantes dos AFPSs. As atribuições dos cargos de AFRF e AFPS são consideravelmente diferentes. Com a fusão, o AFRF acrescenta a contribuição previdenciária às muitas contribuições que já fiscaliza. Por outro lado, o

AFPS assume uma série de novas atribuições, passando a fiscalizar inúmeros tributos, além das atribuições do fisco aduaneiro. As atribuições deste cargo crescem em importância, sem a necessidade de um concurso específico".

Essas mesmas lideranças, após terem o seu modelo de gestão sindical reprovado nas eleições de 2007, mudaram radicalmente de discurso, apresentando-se, para os desavisados, como os bastiões da fusão das carreiras de Auditores oriundos da Previdência e da Receita Federal, buscando conquistar os colegas que não conheciam toda a história de seus posicionamentos comprometedores. Para tanto, não tiveram qualquer constrangimento em defender contrariamente à consulta aos Auditores-Fiscais de todo o país acerca do nome que deveria ter o sindicato nacional surgido da fusão, ainda no Congresso da Unificação, em abril de 2009.



Ainda à frente do Sindicato, em 26/03/2007, contrataram o escritório Felsberg e Associados para emitir parecer jurídico com a finalidade de sustentar a tese da duplicidade de representação sindical no serviço público. O parecer, que custou R\$ 70.000,00, era um claro embasamento para justificar, no futuro, a desnecessidade de unificação do Unafisco com a Fenafisp. Mui amigos...

Na foto: o então presidente Carlos André, acompanhado do diretor-adjunto de Assuntos Parlamentares, Geraldo Medeiros, e Olavo P. Cordeiro (RJ), contatam o então senador Jorge Bornhausen, pai do "Código de Defesa do 'Sonegador'". Lutam para não termos uma representação delegada legítima e "atiram" para todos os lados, permitindo à Classe ser traída e contabilizar perdas atrás de perdas.

Maior vitória da Classe foi a manutenção do Unafisco Saúde no Sindicato, avalia delegação de Santos

Se em termos de estratégia para os próximos anos e progresso para a Classe o CONAF 2010 foi considerado ruim, a manutenção do Plano Unafisco Saúde junto ao Sindifisco Nacional foi apontada pelo conjunto dos delegados de Santos como a maior vitória para os Auditores no Congresso realizado em Florianópolis.

"A manutenção do Unafisco Saúde no Sindicato foi o ponto mais positivo deste CONAF, pois teve o condão de unir situação e oposição em torno de um assunto muito importante para a categoria, embora apenas 1/4 da categoria seja filiada ao plano. Outro aspecto positivo foi a votação, por meio de painel eletrônico, impedindo erros na verificação de quorum e contagem de votos", avaliou a Auditora-Fiscal Maria Antonieta F. Rodrigues, que foi recentemente reeleita para o Conselho Curador do Unafisco Saúde na 8ª Região Fiscal.

"O principal acontecimento do CONAF foi a manutenção do Unafisco Saúde no Sindicato. A situação e a oposição ficaram unidas para a gente não perder a isenção tributária e o próprio Plano. Uniram-se em prol do interesse comum da coletividade", avaliou a Auditora-Fiscal Ester Teicher, de Santos.

Com 261 votos favoráveis e 36 votos em contrário, o Plenário do CONAF deliberou pela manutenção do Plano Unafisco Saúde vinculado ao Sindicato e ao seu CNPJ.

A decisão dos participantes se deu após a exposição de parecer jurídico e análise atuarial sobre uma possível cisão do plano de saúde do Sindicato, conforme definiu o artigo 145 do Estatuto da entidade. O dispositivo determinou o prazo máximo de um ano da posse da nova diretoria para apresentação de um estudo técnico e de um parecer jurídico sobre as consequências de uma eventual separação entre o plano de saúde e o Sindifisco Nacional. A matéria será objeto de deliberação na assembleia nacional do dia 9 de dezembro, que em Santos ocorrerá às 10h30, na Alfândega (vide nota na página 5).



Depoimentos da delegação de Santos a respeito da edição do ano 2010 do CONAF e o que significou em termos de avanço para a Classe:

"Lamentável no evento o comportamento politicamente incorreto do Presidente da DS/Salvador, proferindo aos componentes da mesa, que estavam dirigindo os trabalhos no plenário, palavras de baixo calão, numa total demonstração de destempero e desequilíbrio emocional. Com este CONAF, acho que o Sindicato, no mínimo, permaneceu igual. O mesmo embate de sempre entre oposição e situação. Pouquíssimas alterações estatutárias foram aprovadas. Algumas grandes DS estavam reclamando de dificuldades financeiras. O que se percebeu é que elas queriam um repasse maior da DEN, porém não admitiam o aumento de 0,2% da contribuição".

Maria Antonieta F. Rodrigues, diretora de Finanças da DS/Santos

"Apesar do local maravilhoso e do excelente trabalho dos funcionários da DEN no que diz respeito ao aspecto organizacional físico, o CONAF esteve desorganizado. Deveria haver menos tempo de palestras para que houvesse um maior espaço para apreciação de todas as teses e alterações estatutárias que vêm ao plenário. Destaco como ponto positivo a proposição de que a votação ocorresse eletronicamente, o que otimizou o tempo".

Nereide Simmonds, Auditora-Fiscal aposentada.

"O CONAF cumpriu seu objetivo de informar o Auditor-Fiscal como Agente do Desenvolvimento Nacional. O impacto deste evento (Congresso Nacional) é importante para mostrar a importância do Auditor-Fiscal para a Sociedade e para o Governo... O Sindifisco progrediu no fortalecimento da Classe e mostrando a existência da democracia na flexibilidade do seu estatuto."

Renato Tavares, Auditor-Fiscal lotado na DRF.

"Achei o local de realização do evento excelente para congregar os colegas. Considerei negativo o excesso de palestras e o pouco tempo para debater as teses. De maneira geral, o CONAF evoluiu muito."

Elias Carneiro, Auditor-Fiscal lotado na Alfândega

Como votaram os delegados do CONAF 2010? Observe que a maioria que disse não à Classe ter uma legítima representação parlamentar delegada no Congresso Nacional disse não à consulta às bases sobre o nome do Sindicato Nacional:

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
ABRAO JOSE KECHFI	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
ADALBERTO ELIAS SOARES	CEARA - CE	Não votou	Não
ADELAIDE DE MACEDO MATOS	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Não
ADEMIR CAMILO DE BEM	RIO GRANDE DO NORTE - RN	NÃO	NÃO
ADENIR PINI NETO	MARINGA - PR	Não votou	Não
ADOLFO SIGIFREDO DEGELMANN	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
ADRIANO BRANDAO DE OLIVEIRA	JUIZ DE FORA - MG	Abstenção	Sim
ADRIANO LIMA CORREA	ESPIRITO SANTO-ES	Não votou	Sim
AELIO DOS SANTOS FILHO	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
AFONSO JUSTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	RECIFE - PE	Abstenção	Sim
AGNALDO GOMES DE OLIVEIRA	GOV. VALADARES - MG	NÃO	NÃO
AGNALDO NERI	ARACATUBA - SP	Não votou	Abstenção
AGOSTINHO JOSE ALVES FILHO	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
ALBERTINA COUTO DIAS	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
ALBINO DALLA VECHIA	BLUMENAU - SC	NÃO	NÃO
ALDA ESTELLITA LINS NOGUEIRA	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
ALEXANDRE TEIXEIRA	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
ALFREDO ANTONIO C. FILHO	CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	NÃO	NÃO
ALFREDO JORGE MADEIRA ROSA	SAO PAULO - SP	Não votou	Não
ALVANO CARVALHO LEMOS	JUIZ DE FORA - MG	Abstenção	Sim
ALZEMIR BARRETO SANTANA	SALVADOR - BA	Não votou	Não
AMILCAR MARCELO DE AGUIAR ARAUJO	POCOS DE CALDAS - MG	Não	Abstenção
ANA FLOREA DE OLIVEIRA ALMEIDA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
ANA LUIZA MACHADO PATELLA	PELOTAS - RS	Não votou	Não
ANA MARIA ALCANTARA BRAGA	RECIFE - PE	Sim	Sim
ANA MARIA DE OLIVEIRA GALLE	CAXIAS DO SUL - RS	NÃO	NÃO
ANA MARIA TOMASELLI PACHECO	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
ANA ROSA MARIANO POLOTTO	SAO JOSE DO R. PRETO - SP	NÃO	NÃO
ANDRE LUIS DE ALBUQUERQUE	MARANHAO - MA	Sim	Não
ANDRE LUIZ FONSECA	SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	Não votou	Não
ANNA CHRISTINA SILVEIRA MOURAO	MONTES CLAROS - MG	Não votou	Sim
ANSELMO HIKARU KATAGI	SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	Não votou	Não
ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA LIMA	RIO GRANDE DO NORTE - RN	NÃO	NÃO
ANTONIETA PIRES SAMPAIO FRAUCHES	JUIZ DE FORA - MG	Sim	Sim
ANTONIO AUGUSTO MOREIRA FAGGIONI	FRANCA - SP	Sim	Não votou
ANTONIO CARLOS SILVEIRA	FLORIANOPOLIS - SC	NÃO	NÃO
ANTONIO CESAR MONTEIRO MASSON	PELOTAS - RS	NÃO	NÃO
ANTONIO CESAR S. DOS SANTOS	SALVADOR - BA	NÃO	NAO
ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	MATO GROSSO - MT	Sim	Não votou
ANTONIO IRIVALDO ALVES CASIMIRO	ITAJAI - SC	Sim	Não
ANTONIO JAGOARARI GRAVE	SALVADOR - BA	Não votou	Não
ANTONIO LUIZ BARBOSA	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
ANTONIO PEDRO P. ALVES DE FARIA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Sim
ANTONIO WILSON CRUZ	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
ARMANDO BRANQUINHO BARRETO	GOIANIA - GO	NÃO	NÃO
ARMANDO DOMINGOS B. SAMPAIO	RIO DE JANEIRO - RJ	Sim	Sim
ARNALDO DE ALMEIDA JUNIOR	PARA - PA	Não votou	Sim
AUGUSTO CARLOS A.A.MELLO	CARUARU - PE	Sim	Sim
AYRTON EDUARDO DE CASTRO BASTOS	GOIANIA - GO	Não votou	Sim
BENEDITO GIOVALDO FREIRE	NITEROI - RJ	NÃO	NÃO
BRAZ JANUARIO PINTO	BRASILIA - DF	Não votou	Sim
BRUNO HENRIQUE SOARES ZONER	TAUBATE - SP	Sim	Sim

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
CAMILO BALBI	AMAZONAS-AM	Não votou	Sim
CARAMURU DE MEDEIROS NETO	ESPIRITO SANTO-ES	Não votou	Sim
CARLOS ALBERTO NASCIMENTO	FLORIANOPOLIS - SC	NÃO	NÃO
CARLOS ALBERTO R. G. PACHECO	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Sim
CARLOS ANTONIO LUCENA	RECIFE - PE	Sim	Sim
CARLOS EDUARDO DE C. MADEIRA	ITAJAI - SC	Sim	Sim
CARLOS EDUARDO PEREIRA FRANCA	MARANHAO - MA	Sim	Sim
CARLOS MARCONI	AEROPORTO DE CUMBICA - SP	Sim	Sim
CARLOS ROBERTO TEIXEIRA	GOIANIA - GO	Sim	Sim
CARLOS VALMIR CAPP	SANTA MARIA - RS	NÃO	NÃO
CARLOS VAZ	NITEROI - RJ	Não votou	Não
CATIA ROSANA DA MOTA FERREIRA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
CAUBI CASTELO BRANCO	CEARA - CE	NÃO	NÃO
CELIA REGINA DOS SANTOS S.PRIETO	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
CELIO DINIZ ROCHA	LIMEIRA - SP	Não votou	Não
CELSON FERNANDES	SAO PAULO - SP	Sim	Não votou
CELSON JOSE GOEDEL	CAXIAS DO SUL - RS	Não	Não votou
CESAR ARAUJO RAMOS	DIVINOPOLIS - MG	Não votou	Sim
CHARLES SILVA DANTAS	PARA - PA	Não votou	Não
CICERO CORDEIRO DOS S. FERREIRA	ALAGOAS - AL	Sim	Não votou
CLAUDIO JOSE MARQUES DE ASSIS	JUIZ DE FORA - MG	Não votou	Sim
CLEDI DE FATIMA MANICA MOSCON	PORTO ALEGRE - RS	NÃO	NÃO
CLEYTON ANDRE PIRES	MATO GROSSO - MT	Sim	Sim
CLOTILDE GUIMARAES	RIO DE JANEIRO - RJ	Sim	Sim
CLOVES FRANCISCO BRAGA	UBERLANDIA - MG	Não	Não votou
CRISTINA ALONSO NOVAIS	JOINVILLE - SC	Não votou	Não
CRISTINA MARCIA DIAS HOFFMANN	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
DAGOBERTO DA SILVA LEMOS	SALVADOR - BA	Sim	Sim
DALCROUZE LUIZ CANEZIN	LONDRINA - PR	Sim	Não
DALILA MARA DE OLIVEIRA FERREIRA	JUIZ DE FORA - MG	Não votou	Sim
DALVA ARENHARDT	CAXIAS DO SUL - RS	NÃO	NÃO
DAMOCLES ALVES MENEZES	ARACAJU - SE	Sim	Sim
DANIEL COELHO	POCOS DE CALDAS - MG	Não	Não votou
DANIEL SILVA TORRES	JOACABA - SC	Sim	Não
DARCY CESAR IMPROTA JUNIOR	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
DAUZLEY MARQUES DE MIRANDA	RECIFE - PE	Sim	Sim
DEBORA DORO SPINDOLA	PORTO DE PARANAGUA - PR	Não votou	Não
DELMAR JOEL RODRIGUES EICH	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
DENILSE VIEL	SANTOS - SP	Sim	Sim
DORIVAL APARECIDO VICENTE	SANTOS - SP	Sim	Sim
DORIVAL ORTIZ FERNANDES	LIMEIRA - SP	Não	Sim
DOROTI CARRERO MARTINS	SOROCABA - SP	NÃO	NÃO
EDILSON JOSE DE QUEIROZ L. JUNIOR	CEARA - CE	NÃO	NÃO
EDILSON LUIZ MOLERO	RIBEIRAO PRETO - SP	Não	Sim
EDISON BALAZINI	FRANCA - SP	Sim	Sim
EDISON DE SOUZA VIEIRA	PORTO ALEGRE - RS	Não votou	Não
EDISON LUIZ BACCI	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
EDMILSON BERNARDINO SOUZA	CEARA - CE	NÃO	NÃO
EDNA BORGES DA SILVA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
EDSON ATUSHI ABE	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
EDSON BRAZ MOLGARA	SANTO ANDRE - SP	Não votou	Não
EDSON LUIS FILIPAKI	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
EDSON SUSUMU ASAGA	CAMPINAS - SP	Não	Abstenção
EDUARDO BAETA FIGUEIREDO	RIO DE JANEIRO - RJ	Não	Não votou
EDUARDO DE ARAUJO MAIA	CASCADEL - PR	Sim	Sim
EDUARDO RAUERT DE FREITAS	SAO PAULO - SP	Abstenção	Não votou
EDUARDO TANAKA	CURITIBA - PR	Sim	Não

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
EFIGENIA MARIA NOLASCO DUARTE	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
ELDREN SUZANO COUTINHO	ESPIRITO SANTO-ES	Não	Sim
ELENIR SALETE DE OLIVEIRA RUGERI	PASSO FUNDO - RS	NÃO	NÃO
ELIAS CARNEIRO JUNIOR	SANTOS - SP	Não votou	Sim
ELIAS JOSE MALUF	ARACAJU - SE	NÃO	NÃO
ELIZABETH DA SILVA FERNANDES	GUARULHOS - SP	Sim	Sim
ELIZABETH DE JESUS MARIA	BRASILIA - DF	Sim	Sim
ERANI FERRETTI STOLZ	SANTO ANGELO - RS	NÃO	NÃO
ERIC LINCOLN REGIS VIEIRA	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
ERIC SANDRO EITI HATO	OSASCO - SP	Não votou	Sim
ESTER TEICHER	SANTOS - SP	Sim	Sim
EURICO CERVO	PORTO ALEGRE - RS	NÃO	NÃO
EURICO PEREIRA DE SOUZA FILHO	PONTA GROSSA - PR	Não votou	Sim
EUSTORGIO LUIZ ALVES GUIMARAES	PARA - PA	NÃO	NÃO
EWERARDO LOPES TABATINGA	BELO HORIZONTE - MG	Não votou	Sim
FATIMA MACEDO THEREZO	MATO GROSSO DO SUL - MS	NÃO	NÃO
FELIX EDI MOURA DO NASCIMENTO	ALAGOAS - AL	Sim	Não votou
FERNAMDO ANTONIO R. VASCONCELO	RECIFE - PE	Sim	Sim
FERNANDO CESAR TERRA RODRIGUES	ARARAQUARA -SP	Não	Não votou
FERNANDO PEIXOTO D ANTONA	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
FILOMENA LAURA DA COSTA CARVALHO	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
FLAVIO AUGUSTO LEITE GALINDO	CARUARU - PE	Não votou	Sim
FLAVIO COELHO MACHADO	GOV. VALADARES - MG	Sim	Sim
FLAVIO PAULO DE FARIA	FRANCA - SP	Não votou	Sim
FRANCISCA USSUI	SANTO ANDRE - SP	Não votou	Não
FRANCISCO DE ASSIS COSTA - II	TAUBATE - SP	NÃO	NÃO
FRANCISCO LYRA JUNIOR	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
FREDERICO LEDNIK	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Abstenção
GELSON MACHADO GUARCONI	ESPIRITO SANTO-ES	Sim	Não
GENIDALTO DA SILVA PAIVA	SANTO ANDRE - SP	Não votou	Não
GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA	BRASILIA - DF	Sim	Sim
GERALDO GONCALVES PINTO	BAURU - SP	Sim	Sim
GERSON DE OLIVEIRA CHUINCA	MARINGA - PR	Não votou	Sim
GERSON JOSE MORGADO DE CASTRO	AEROPORTO DE CUMBICA - SP	Sim	Sim
GETULIO SILVA	PIRACICABA - SP	Sim	Não votou
GILBERTO MAGALHAES DE CARVALHO	BRASILIA - DF	Não votou	Não
GILMAR GOLDANI	NOVO HAMBURGO - RS	NÃO	NÃO
GILSON JOAO BEVILACQUA	SANTA MARIA - RS	NÃO	NÃO
GLAUCO JOSE EGGERS	PARAIBA - PB	NÃO	NÃO
GLORIA CARMEM PINHEIRO RODRIGUES	SANTOS - SP	Sim	Sim
GORETE APARECIDA DA SILVA SANCHES	MATOGROSSO DO SUL - MS	NÃO	NÃO
GUIDO NEGRI	PIRACICABA - SP	Abstenção	Sim
GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN	OSASCO - SP	Não votou	Não
GUMERCINDO PEREIRA FILHO	CARUARU - PE	Não votou	Sim
HELDER AUGUSTO RAMOS	POCOS DE CALDAS - MG	Não	Abstenção
HELDER LUIS GONDIM ROCHA	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
HELIO ROBERTO DOS SANTOS	UBERLANDIA - MG	Sim	Não votou
HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA	AMAZONAS-AM	Não votou	Abstenção
HELVIO ANTONIO PEREIRA MARINHO	BRASILIA - DF	Não votou	Sim
ILVA MARIA FRANCA LAURIA	BELO HORIZONTE - MG	Não votou	Não
IRAN CARLOS TONELI LIMA	BRASILIA - DF	Sim	Sim
IRANILSON LUIZ BRASIL DIAS	PARA - PA	NÃO	NÃO
IRENE AUGUSTA PEREIRA	SAO PAULO - SP	Não	Não votou
ISAMAR CRISTINA IOP	SANTA MARIA - RS	Sim	Sim
ISRAEL AURELIANO DA SILVA JUNIOR	PARAIBA - PB	NÃO	NÃO
IVACIR JULIO DE SOUZA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
IVANA PINTO OLIVEIRA	BRASILIA - DF	Sim	Sim

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
JACINTO DONIZETE LONGHINI	SAO J. DO R.PRETO - SP	Sim	Sim
JAIRO LUIS SOARES TENORIO	SAO PAULO - SP	Não votou	Sim
JAVIER IGNACIO PADILLA VICTORICA*	JOINVILLE - SC	NÃO	NÃO
JEFFERSON EDWARD GIZZI	BLUMENAU - SC	NÃO	NÃO
JESUS LUIZ BRANDAO	LONDRINA - PR	Sim	Sim
JOAO ALEXANDRE GONCALVES	GOIANIA - GO	Sim	Sim
JOAO BOSCO BRITO	RECIFE - PE	Sim	Sim
JOAO BOSCO LUSTOSA PIRES	DIVINOPOLIS - MG	Não	Não votou
JOAO CARLOS ASSEF	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
JOAO DA SILVA DOS SANTOS	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Sim
JOAO DANIEL GIRALDI	BAURU - SP	NÃO	NÃO
JOÃO LINO DE SOUSA RAMOS	FLORIANOPOLIS - SC	Não	Não votou
JOAO LUIZ DOS SANTOS	PIAUI - PI	Não	Não votou
JOAO LUIZ FELDHAUS	JOACABA - SC	Não votou	Não
JOAO LUIZ TEIXEIRA DE ABREU	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
JOAO NOBREGA	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
JOAO RICARDO DE ARAUJO MOREIRA	PARAIBA - PB	Não	Abstenção
JORGE HALIM TANNURE	AEROPORTO CUMBICA - SP	Não	Sim
JORGE LUIS TRINDADE RIBEIRO	SANTA MARIA - RS	NÃO	NÃO
JOSE AFONSO SILVA RAMOS	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
JOSE AGNALDO SANTOS RAIOL	MARANHAO - MA	Não votou	Não
JOSE ALOISIO BARROSO NUNES	CEARA - CE	Sim	Não votou
JOSE APARECIDO PEREIRA	BAURU - SP	Sim	Sim
JOSE CLOVIS ALVES	UBERLANDIA - MG	Sim	Não votou
JOSE COUTO FILHO	BRASILIA - DF	Sim	Sim
JOSE DEVANIR DE OLIVEIRA	LONDRINA - PR	Sim	Não
JOSE FERNANDO CORREA	LIMEIRA - SP	Sim	Não
JOSE GERALDO MEDEIROS FILHO	PARAIBA - PB	Não votou	Não
JOSE GONCALVES CAMPOS	CEARA - CE	Sim	Não
JOSE GUILHERME CAZUMBA PARENTE	RIO GRANDE DO NORTE - RN	NÃO	NÃO
JOSE HUMBERTO COSTA	UBERABA - MG	Não votou	Não
JOSE IVALDO DA COSTA	SANTO ANDRE - SP	NÃO	NÃO
JOSE LUIZ DA SILVA	MATO GROSSO - MT	NÃO	NÃO
JOSE MARCOS CABRAL MAGALHAES	GOV. VALADARES - MG	Não	Sim
JOSE RAMOS DA SILVA	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
JOSE ROBERTO ALVES O.FERNANDES	SAO PAULO - SP	Sim	Não votou
JOSE RUI BARBOSA ALMADA DA SILVA	CAMPOS GOYTACAZES - RJ	Sim	Sim
JUDITH DONATO FERREIRA DE ASSIS	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
JUSSARA MENDES DA SILVA SANTOS	PORTO ALEGRE - RS	NÃO	NÃO
KAZUNORI ETO	SOROCABA - SP	Sim	Sim
KURT THEODOR KRAUSE	BLUMENAU - SC	Não votou	Sim
KYOKO KOJIMA	SAO PAULO - SP	Não	Sim
LAUREL GILBERTO MARTINS	RIO GRANDE - RS	NÃO	NÃO
LAURO YAMASHITA	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
LENINE ALCANTARA MOREIRA	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
LEONARDO PICANCO CRUZ	NITEROI - RJ	Não	Não votou
LEONISIO RESENDE	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
LEUNAM COSTA LEITE	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
LILIANE OLIVEIRA BORGES	GOIANIA - GO	Sim	Abstenção
LINA MARIA CHAVES LIMA	PIAUI - PI	NÃO	NÃO
LISA MARA KROEHLING RODRIGUES	BELO HORIZONTE - MG	Não	Sim
LUCIO FLAVIO ARANTES ESTEVES	BRASILIA - DF	Não votou	Sim
LUIS CORREA DOS SANTOS	CAMPINAS - SP	Sim	Não votou
LUIS FELIPE CARNAVAL P. DA ROCHA	RIBEIRAO PRETO - SP	NÃO	NÃO
LUIS RODOLFO FLEURY C. TROVARELI	RIBEIRAO PRETO - SP	NÃO	NÃO
LUISA SIMOES DOS SANTOS MACIEL	RECIFE - PE	Sim	Sim
LUIZ ANTONIO BENEDITO	MARILIA - SP	Sim	Não votou

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
LUIZ ARNALDO PRAZERES	LONDRINA - PR	Sim	Não votou
LUIZ CARLOS ALVES	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
LUIZ CARLOS DE MENDONCA	ARACAJU - SE	Não	Não votou
LUIZ CARLOS MACEDO	SANTA CRUZ DO SUL - RS	NÃO	NÃO
LUIZ CARLOS MENON	ITAJAI - SC	Sim	Não votou
LUIZ CLAUDIO DE ARAUJO MARTINS	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
LUIZ FERNANDO COHIM R. NOGUEIRA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
LUIZ FERNANDO DA C. ARTINS	MARANHAO - MA	NÃO	NÃO
LUIZ FERNANDO DE PAULO	TAUBATE - SP	Sim	Sim
LUIZ FERNANDO SANTOS DEL-PENHO	RIO DE JANEIRO - RJ	Não	Não votou
LUIZ GONCALVES BOMTEMPO	BRASILIA - DF	Sim	Sim
LUIZ GUSTAVO PEREIRA REGADAS	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
LUIZ HENRIQUE BEHRENS FRANCA	BELO HORIZONTE - MG	Não votou	Sim
LUIZ MAURICIO GODOI	SAO PAULO - SP	Não	Sim
LUIZ ROBERTO BICALHO DOMINGOS	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
LUIZ SERGIO FONSECA SOARES	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO	CURITIBA - PR	Não	Abstenção
LUZIA MOLINA FERNANDES SILVA	PRES. PRUDENTE - SP	NÃO	NÃO
MAGNUS MONTEIRO DE OLIVEIRA	GUARULHOS - SP	Não	Sim
MANLIO LEMOS COUTINHO	PARAIBA - PB	NÃO	NÃO
MARCELO BARAO VARALDA	ARARAQUARA -SP	NÃO	NÃO
MARCELO CALHEIROS SORIANO	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
MARCELO JOSE RANGEL TAVARES	RECIFE - PE	Sim	Sim
MARCELO KAWAKAMI DE REZENDE	RIBEIRAO PRETO - SP	NÃO	NÃO
MARCELO LETTIERI SIQUEIRA	CEARA - CE	NÃO	NÃO
MARCELO OLIVEIRA MACIEL	CEARA - CE	NÃO	NÃO
MARCELO SANCHO MATTOS	ILHEUS - BA	Não votou	Sim
MARCELO SOARES DOS SANTOS	TAUBATE - SP	Sim	Não
MARCIA LOURETO PIRES GARCIA	FOZ DO IGUACU - PR	NÃO	NÃO
MARCIO HENRIQUE LANDA DE SOUZA	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
MARCO ANTONIO MARINHO NUNES	AMAZONAS-AM	Não	Não votou
MARCO AURELIO B. DE AZEVEDO	PORTO ALEGRE - RS	Não	Sim
MARCOS A. LUCENA DA COSTA	CEARA - CE	Não	Sim
MARCOS ANTONIO DE ARAUJO PONTE	CEARA - CE	NÃO	NÃO
MARCOS ANTONIO SOARES SILVEIRA	CEARA - CE	Não	Sim
MARCOS ANTONIO VIGHI	JOINVILLE - SC	NÃO	NÃO
MARCOS RICARDO MARIOT	FLORIANOPOLIS - SC	NÃO	NÃO
MARGOT ANDRADE S. DE ALVARENGA	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
MARIA ADISE GOMES BASTOS	ILHEUS - BA	NÃO	NÃO
MARIA ANTONIETA F. RODRIGUES	SANTOS - SP	Sim	Sim
MARIA APARECIDA S. GOMES DA SILVA	BRASILIA - DF	Não votou	Sim
MARIA AUREA MIRANDA LOPES	BRASILIA - DF	Não	Sim
MARIA BEATRIZ F. BRANCO	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
MARIA CECILIA DE ALMEIDA JENSEN	S. J. DO RIO PRETO - SP	NÃO	NÃO
MARIA CRISTINA BARBOSA DIAS	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
MARIA DA CONSOLACAO S. OLIVEIRA	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
MARIA DA PENHA CERUTTI	ESPIRITO SANTO-ES	Não	Sim
MARIA DE LOURDES FERNANDES	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
MARIA DO CARMO M. DELSIN	PIRACICABA - SP	NÃO	NÃO
MARIA DORIMAR DE ALMEIDA SOUZA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
MARIA ELISABETH KALIL	PIRACICABA - SP	NÃO	NÃO
MARIA HELENA BARRETO	NOVO HAMBURGO - RS	NÃO	NÃO
MARIA HELENA DA SILVA MESSNER	ESPIRITO SANTO-ES	Não	Sim
MARIA INES BONALUME	NOVO HAMBURGO - RS	NÃO	NÃO
MARIA IZABEL A. F. MOTA ALMEIDA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
MARIA IZABEL DOMINGOS DE S. CUNHA	UBERABA - MG	NÃO	NÃO
MARIA REGINA GODINHO DE CARVALHO	SAO PAULO - SP	Sim	Não

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
MARIA SILSA BRITO DE OLIVEIRA	SOROCABA - SP	NÃO	NÃO
MARIA TEREZA PIRES SOARES	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
MARIA TEREZINHA C. CALDERON	SOROCABA - SP	Sim	Não
MARIANE HORNER S. BOTELHO	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
MARILENA FONSECA FERNANDINO	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Sim
MARILSA LUCIA DA SILVA MACHADO	ESPIRITO SANTO-ES	Sim	Não
MARINA ZULMA BARTOLOZZI BASTOS	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
MARIO ISSAMU HORI	SAO PAULO - SP	Não votou	Sim
MARISA FEJES	OSASCO - SP	Não votou	Não
MARLY DA GRAÇA COELHO GUIMARÃES	PARA - PA	NÃO	NÃO
MASAMITSU YAMAMOTO	SAO PAULO - SP	Não	Sim
MAURICIO NOVAES FERREIRA	RIO G. DO NORTE - RN	NÃO	NÃO
MAXIMILIANO FERNANDINO	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Não
MOACYR DE PAULA	OSASCO - SP	Não votou	Abstenção
MONICA VALLADARES DOIN	RIO DE JANEIRO - RJ	Não	Sim
NADIA VALERIA DA COSTA TEIXEIRA	PASSO FUNDO - RS	NÃO	NÃO
NADIR GONCALVES DA CUNHA RIBEIRO	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
NAGIB ELIAS ABDALA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
NEIDE VICENTE OLIVA	OSASCO - SP	Não votou	Não
NELIA CRUVINEL RESENDE	GOIANIA - GO	Sim	Abstenção
NELSON DE OLIVEIRA FRANCA	RECIFE - PE	Sim	Sim
NELY MARIA PEREIRA DE JESUS	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
NEREIDE APARECIDA BORIN	ARACATUBA - SP	Sim	Não
NEREIDE SIMMONDS (AFTN)	SANTOS - SP	Sim	Não
NEUZA BUSATTO COSTA	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
NILO ROSA DOS SANTOS	SALVADOR - BA	Não votou	Não
NOEMIA DAMATO DUTRA	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
NORBERTO ANTUNES SAMPAIO	CURITIBA - PR	NÃO	NÃO
NORY CELESTE SAIS DE FERREIRA	URUGUAIANA - RS	NÃO	NÃO
OLAVO PORFIRIO CORDEIRO	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
OLGA CARVALHO HOTT	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Sim
OSMARIO MENDONCA DE PAULA	GOIANIA - GO	NÃO	NÃO
OSVALDO APARECIDO SILVEIRA	MARILIA - SP	NÃO	NÃO
PAULA FRACINETE DE S. TAVARES	RECIFE - PE	Sim	Sim
PAULO CESAR ANDRADE ALMEIDA	BRASILIA - DF	NÃO	NÃO
PAULO CESAR SANTOS DE OLIVEIRA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Sim
PAULO CORREA RODRIGUES	NOVO HAMBURGO - RS	NÃO	NÃO
PAULO FERNANDES BOUCAS	RIO DE JANEIRO - RJ	Sim	Não votou
PAULO GIL HOLCK INTROINI	CAMPINAS - SP	Não votou	Não
PAULO ROBERTO FINGER	SANTO ANGELO - RS	NÃO	NÃO
PAULO ROBERTO KIYOTO MATSUSHITA	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
PAULO SERGIO SOUSA	AMAZONAS-AM	Não votou	Abstenção
PAULO TORRES DE C. BARBOSA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
PEDRO CADEIRA DE ARAUJO	CEARA - CE	Não votou	Não
PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO	RIO DE JANEIRO - RJ	Não	Abstenção
PEDRO LUIZ DURIGAN	URUGUAIANA - RS	Sim	Sim
PEDRO ONOFRE FERNANDES	BELO HORIZONTE - MG	Não	Sim
PEDRO SOUSA BISPO	GOIANIA - GO	Sim	Sim
RACHID AZEN	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
RAFAEL MENDES MORAIS	BRASILIA - DF	Não votou	Sim
RAIMUNDA FEITOSA MELO	PIAUI - PI	Não votou	Sim
RAUL CHAMADOIRO CABADAS FILHO	ARACAJU - SE	Sim	Abstenção
RAYMUNDO NONNATO DOS SANTOS	BRASILIA - DF	Não	Não votou
REGIANA FERREIRA DE QUEIROZ	SALVADOR - BA	Não votou	Sim
REGINA FATIMA RACHIDE MENEZES	NITEROI - RJ	NÃO	NÃO
REGINALDO MARQUES BOTELHO	MONTES CLAROS - MG	Sim	Não

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
RENATO ALBANO JUNIOR	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
RICARDO AUGUSTO MESQUITA DA SILVA	JUIZ DE FORA - MG	Não votou	Sim
RICARDO SKAF ABDALA	GOIANIA - GO	Não	Sim
RITA MARIA PARENTE LINHARES	CEARA - CE	Não votou	Não
ROBERTO TOSHIRO KASAI	SAO PAULO - SP	Não	Sim
ROBERVAL GUEDES RIBEIRO	ILHEUS - BA	Não	Sim
ROGER CORREA	URUGUAIANA - RS	Não	Abstenção
ROGERIO SAID CALIL	RIO DE JANEIRO - RJ	Sim	Sim
RONALD FERNANDO DE C. BOTELHO	CAMPINAS - SP	Não	Não votou
ROSA MARIA BICALHO	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Sim
ROSANGELA DUTRA WECK	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
ROSANGELA FIAES DA SILVA	NITEROI - RJ	NÃO	NÃO
ROSE ANE AUGUSTO MARIANO	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
ROSIRIS DA COSTA BARBOSA	JOINVILLE - SC	NÃO	NÃO
ROSWILCIO JOSE M. GOIS	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
RUBENS JOSE RIBEIRO DOS SANTOS	SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	NÃO	NÃO
RUBENS SHOZI NAKANO	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
RUDINELFO MACHADO E CUNHA	PARA - PA	NÃO	NÃO
RUDINEY DA COSTA LIMA SOUZA	FOZ DO IGUACU - PR	Não votou	Sim
RUDNEI APARECIDO DA SILVA	MARILIA - SP	Sim	Sim
RUI TEIXEIRA DA FONSECA	CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	Sim	Sim
SANDRA GODINHO SANTIAGO	DIVINOPOLIS - MG	Não	Sim
SANDRA MARIA RICALDONI LIMA	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Não
SANDRA TEREZA PAIVA MIRANDA	CAMPINAS - SP	NÃO	NÃO
SARA MARIA SILVEIRA	UBERABA - MG	NÃO	NÃO
SEBASTIAO AFONSO DE MATTOS	LONDRINA - PR	Sim	Não
SEBASTIAO BERNARDINO DOS SANTOS	JOINVILLE - SC	NÃO	NÃO
SERGIO AURELIO VELOZO DINIZ	BELO HORIZONTE - MG	Não votou	Não
SERGIO FURLAN	FLORIANOPOLIS - SC	Não	Não votou
SERGIO SANTIAGO DA ROSA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
SOLANGE GUIMARAES G. ARAUJO	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Não
SOLANGE MARIA ARCHER DE LARA	SANTOS - SP	Sim	Sim
SONIA CHAVES MESENTIER	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
SONIA MARIA BINDES DE C. PEREIRA	RIO DE JANEIRO - RJ	Não votou	Não
STHER LUCIA COSER NEMER	ESPIRITO SANTO-ES	Não	Sim
SUZANA CALDEIRA COUTO REIS	DIVINOPOLIS - MG	Não	Sim
TADEU SILVESTRE GONCALVES	JOACABA - SC	NÃO	NÃO
TANIA REGINA COUTINHO LOURENCO	SAO PAULO - SP	Sim	Sim
TEODORICO JADIR CORDEIRO	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
THAIS ANDRADE D'AVILA	SALVADOR - BA	NÃO	NÃO
TIAGO BARBOSA DE PAIVA ALMEIDA	SAO PAULO - SP	NÃO	NÃO
UBIRAJARA MEDEIROS GOMES	NITEROI - RJ	Não	Abstenção
VALDECI OLIVEIRA CUNHA DOS SANTOS	RIO GRANDE DO NORTE - RN	NÃO	NÃO
VALDECIR SEGATO	SANTO ANGELO - RS	Não	Abstenção
VALMIR DA CRUZ	SAO JOSE DO RIO PRETO - SP	Sim	Sim
VERA MARIZA SCHALANTE COLARES	PELOTAS - RS	NÃO	NÃO
VERA TERESA BALIEIRO A. DA COSTA	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO
VICTORIO AMOEIDO LUEDY	FEIRA DE SANTANA - BA	Não	Não votou
VILSON ANTONIO ROMERO	PORTO ALEGRE - RS	NÃO	NÃO
WALTER AUTO MONTEIRO GUIMARAES	ALAGOAS - AL	Não votou	Sim
WALTER CARLOS CESTARO	SAO PAULO - SP	Não	Não votou
WALTER GANDI DELOGO	GOVERNADOR VALADARES - MG	NÃO	Não
WALTER MIRANDA DE ALMEIDA	ARARAQUARA -SP	NÃO	NÃO
WANG TSENG WEI	AEROPORTO DE CUMBICA - SP	Não	Não votou
WANIA DE FATIMA PAIVA PIMENTEL	BELO HORIZONTE - MG	Sim	Não
WARNER ANTONELLI JUNIOR	TAUBATE - SP	NÃO	NÃO

* subtraímos o nome dos delegados que não estavam presentes ou não quiseram registrar seu voto em ambas as votações

DELEGADO	Filiação	Representação Parlamentar	Consulta às bases - nome do Sindicato
WELLINGTON CLEMENTE FEIJO	SANTOS - SP	Sim	Sim
WILDS MOREIRA AVELINO	BELO HORIZONTE - MG	NÃO	NÃO
WILSON MEIRA	BRASILIA - DF	Não	Não votou
ZAEITE DANTAS TEIXEIRA	CEARA - CE	NÃO	NÃO
ZELIA RAMOS NOLASCO	CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	Não votou	Sim
LUIZ CARLOS DE SOUZA	RECIFE - PE	Sim	Sim
RENATO TAVARES DA SILVA FILHO	SANTOS - SP	Sim	Não
EDNIRA MARIA DE ALMEIDA MARTINS	RIO DE JANEIRO - RJ	NÃO	NÃO

Mais depoimentos da delegação de Santos a respeito da edição do ano 2010 do CONAF e o que significou em termos de avanço para a Classe:

“O CONAF ampliou-se, haja vista a quantidade de participantes. Por isso, torna-se necessária uma reestruturação em seu formato. Assim, o próximo deverá permitir mais tempo para os diálogos e estudos técnicos em detrimento das palestras, que poderão ser melhor aproveitadas em encontros e seminários. De positivo destaco a aproximação entre os Auditores-Fiscais oriundos das duas carreiras, o que possibilitou uma maior interação entre nós. O Sindicato sempre evolui a partir de um grandioso evento do porte do CONAF. Acho importante também a visibilidade que o Sindicato tem na sociedade local onde é realizado, além da experiência que traz aos colegas que dele participa pela primeira vez.”

Denilse Viel, secretária-geral da DS/Santos.

“Defendo que haja limite de teses por Auditores. Um só colega apresentou mais de 100 teses e alterações. Houve também um excesso de palestras, apesar da excelente qualidade dos conferencistas. Acho também que os integrantes da Chapa que perdeu a eleição para a atual DEN utilizaram o CONAF para desprestigiá-la e combatê-la. Não foram leais para com a categoria... Desse CONAF, o Sindicato saiu algo fortalecido e com uma pequena evolução.”

Dorival Vicente, Auditor-Fiscal aposentado.

“O principal acontecimento do CONAF foi a manutenção do Unafisco Saúde no Sindicato. A situação e a oposição ficaram unidas para a gente não perder a isenção tributária e o próprio Plano. Uniram-se em prol do interesse comum da coletividade.”

(Ester Teicher, Auditora-Fiscal da Alfândega de Santos)

“O evento como um todo precisa ser reformulado: diminuir o número de delegados, de teses por Auditores e a quantidade de palestras para aumentar o tempo de plenário, evitando-se, assim, que teses temáticas deixem de ser apreciadas. Deve haver também o controle de presença para que delegados participem dos debates. Em termos sindicais achei que houve muita politicagem e pouco avanço em termos de reivindicações para a Classe. Talvez seja o caso de mudar a data de realização do CONAF, para que não ocorra antes das eleições sindicais.”

Glória C. Pinheiro, diretora de Administração da DS/Santos

“O CONAF precisa ser reformulado. Graças à ideologia de um grupo interno, o Sindicato passou a ser usado como forma de resistência. Propostas como a da Representação Parlamentar Delegada, que visa a aumentar o nosso peso político, são difíceis de passar, assim como outras que representariam avanços para os Auditores-Fiscais. Até mesmo uma proposta por mais democracia no Sindicato não passou, como a consulta à base sobre o nome do Sindicato, que no estatuto aprovado em 2009 teve de ser aceito por adesão. Como se os Auditores-Fiscais de todo o país não tivessem o direito democrático de decidir. Nada estratégico e político foi aprovado... nossa Classe não está preparada para reagir aos ataques do Poder Econômico e do fisiologismo político, não tem postura proativa, apenas resiste e não consegue avançar, em razão de lideranças que estão há bastante tempo no sindicato.” Wellington Clemente Feijó, presidente da DS/Santos

Expediente: publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2009/2011.

Diretor de Comunicação: Reinaldo Lauro Puglia - Jornalista e editora: Kelly Carlisano (MTb: 29.279).